

Fonseca: orçamento virou peça

ECONOMIA • 35

de ficção

SILVIA FARIA

BRASÍLIA — Os parlamentares fizeram “barbaridades” no Orçamento da União para 1991, como aumentar a receita e despesa em Cr\$ 752 bilhões e arbitrar uma inflação para 91 de 243%, tornando impossível executar as contas aprovadas pelo Legislativo, disse ontem ao GLOBO o Secretário Nacional de Planejamento, Marcos Gianetti da Fonseca.

— O Orçamento tornou-se uma completa peça de ficção. Acabaram com o orçamento — desabafou o Secretário, responsável pela área que elabora as contas da União.

Ele disse que é completamente improvável que se concretize o aumento de receita incluído no Orçamento, porque a expectativa é de queda da arrecadação no próximo ano, como consequência da recessão econômica. O Executivo está preocupado exatamente em garantir a redução das despesas, temendo não ter receita para honrar as dotações propostas originalmente, disse Gianetti.

Ele explicou que os gastos públicos de 1991 serão administrados mensalmente, sempre tendo como base a arrecadação. A cada mês será gasto um duodécimo das despesas previstas originalmente pelo Executivo, conforme decreto que o Presidente Collor deverá assinar, logo que sancionar o Orçamento. Para que isto seja possível, os valores orçados, a preços de maio de 90 (quando o Orçamento foi elaborado) serão corrigi-



20-7-90

Marcos Fonseca: impossível executar as contas aprovadas pelo Legislativo

dos até dezembro, pela inflação média do período. Assim, as dotações estarão atualizadas para orientar os gastos a partir de janeiro.

O Diretor do Departamento do Tesouro, Roberto Guimarães, disse que o novo método de administração do caixa da União exigirá trabalho adicional do Departamento de Orçamento, que fará as autorizações mensais de gastos, da Receita Federal, responsável pela projeção da ar-

recadação, e do Tesouro, que libera os recursos.

O objetivo deste sistema, segundo Guimarães, é manter o equilíbrio de caixa mensalmente e não permitir déficits. Esse compromisso garantirá um superávit operacional superior à meta de 1% do PIB (porque depois que se calcula o saldo, é feita ainda a amortização das dívidas interna e externa, assim como os créditos concedidos ao setor privado, para se chegar ao conceito operacional).